

A União Europeia e as Relações Ibéricas

As Relações Portugal - Espanha no Contexto da União Europeia

Iva Pires¹

As relações com a Espanha, outra constante inescapável da história, estarão certamente sob revisão a um prazo curto. Ou antes, deveriam estar. No passado conheceram vários ciclos. O de vizinhos inimigos, que se repetiu diversas vezes. O de vizinhos que se ignoram e fazem da indiferença a principal razão diplomática, quanto mais não seja por conveniência. E o de vizinhos cordiais que, com cautela e desconfiança, colaboram no que é evidente e naquilo a que são forçados. (Barreto, 2002: 18).

Por singular que pareça uma das principais consequências da integração de Portugal e de Espanha na CEE foi o reforço das relações intra-ibéricas e a aproximação entre ambos os países.

É que apesar da proximidade geográfica e de Espanha ser o único vizinho de Portugal, apesar ainda de terem tido regimes políticos que os aproximavam entre si enquanto os afastavam da Europa democrática, em termos económicos o afastamento não podia ser maior, quase se ignorando enquanto parceiros comerciais. Em 1960 as importações provenientes de Espanha representavam apenas 0,9% do total das importações portuguesas e as exportações 1%; em 1973 esses valores eram respectivamente de 5,4% e 2,2% (Silva Lopes, 1996:164).

Se a integração na CEE representou para Portugal o início de uma nova fase de modernização e de desenvolvimento o reforço das relações políticas e económicas com a Espanha e a chegada de capitais, de empresas e de marcas do país vizinho não deixou de marcar indelevelmente o tecido económico nacional.

Esse passado comum a que se refere António Barreto (2002) irá sempre condicionar as relações entre eles mas sem dúvida a alteração do regime político, que ocorreu quase em simultâneo nos dois países e a posterior integração conjunta na Comunidade Económica Europeia, em 1986, criaram uma nova moldura para enquadrar as relações bilaterais, que se tornaram mais intensas e diversificadas. A relevância do estreitamento das relações entre os dois países ibéricos consubstancia-se na criação, em 1983, ainda antes da adesão à CEE, das Cimeiras Luso-Espanholas,

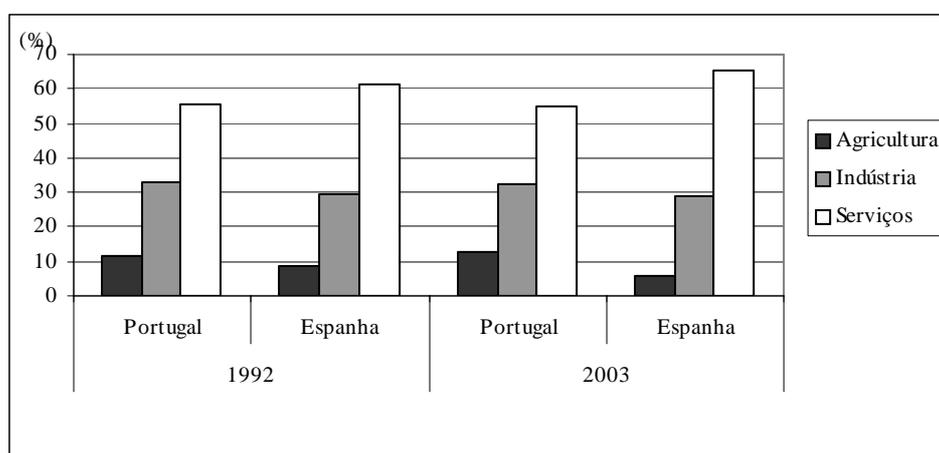
¹ Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova de Lisboa (E-mail: im.pires@fcsb.unl.pt)

um fórum privilegiado de discussão de problemas e interesses comuns, de concertação de estratégias de negociação e de fortalecimento dos laços de cooperação.

Em relação à integração na U.E, passados mais de 20 anos, o balanço é indiscutivelmente positivo para ambos os países mas é difícil não fazer comparações no percurso de cada um e apontar o aparente maior sucesso do país vizinho.

Aquando da integração no espaço económico europeu tinham problemas semelhantes e níveis de desenvolvimento muito próximos pelo que enfrentaram desafios igualmente semelhantes. Portugal apresentava como vantagem o facto de se ter integrado mais cedo no contexto da economia internacional, nomeadamente através da EFTA e da participação em organismos de regulação internacional, mas foi a Espanha quem iniciou mais cedo reformas estruturais importantes e a transição para uma economia de serviços (Molero, 2001; Royo, 2003; Tólvias, 2005). Na década de oitenta enquanto em Portugal o peso das actividades industriais, em termos de emprego, continuava a crescer, em Espanha os serviços eram já o sector mais dinâmico em termos de oferta de emprego ao mesmo tempo que as actividades primárias continuavam a perder emprego e a modernizar-se e as industriais inflectiam a tendência anterior de crescimento. As diferenças na evolução da estrutura da população activa dos dois países mantiveram-se ao longo das últimas décadas (Fig 1).

Fig 1- Estrutura da População Activa em Portugal e em Espanha



Assim, apesar dessa experiência de internacionalização, a economia portuguesa, que esperou pelos fundos comunitários para fazer reformas profundas nos sectores económicos, revelou uma adaptação mais débil do que a espanhola ao actual contexto de integração económica, regionalização dos mercados e globalização. O principal obstáculo que a economia portuguesa enfrenta resulta da baixa produtividade do trabalho, do baixo nível de escolaridade da população activa, do reduzido avanço nos indicadores da sociedade da informação e no fraco investimento em

I&D. Factores que a penalizam tanto no contexto de mercados de proximidade como no confronto com a economia europeia.

O processo de convergência da Espanha foi assim mais rápido que o nosso e se no início partilhávamos problemas semelhantes relacionados com o fraco nível de desenvolvimento, com a necessidade de modernizar infra-estruturas de mobilidade e de produção, agrícolas e industriais, sendo mais fácil constituirmo-nos como parceiros na luta por objectivos comuns, actualmente a Espanha, pela dimensão e pelo dinamismo da sua economia, aspira a desempenhar um papel mais activo na União Europeia e no sistema económico mundial.

No segundo caso, o da integração das economias ibéricas e criação de um mercado ibérico também é frequente referir-se que na distribuição de ganhos e perdas a economia espanhola se posicionou como a principal ganhadora.

De uma situação, pouco natural tendo em conta a proximidade geográfica, de quase inexistência de trocas entre as duas economias vizinhas passou-se, em apenas duas décadas, para uma outra em que é visível a intensificação dos fluxos de mercadorias e financeiros e dos movimentos de pessoas e de informação.

Tirando partido do apoio de fundos comunitário, houve uma aposta evidente na melhoria das infra-estruturas físicas de suporte à mobilidade de pessoas, bens e informação o que facilitou a integração dos dois mercados. A maior frequência das ligações aéreas também contribuiu para “encolher” o território e facilitar a mobilidade dentro da península ibérica, estruturada por uma rede urbana onde se destacam Madrid, Barcelona, Lisboa, Bilbao, Porto e Valência. Mas o território transfronteiriço também está em transformação decorrente de iniciativas, de âmbito económico, político e cultural, que partem de um leque de actores muito diversificado, desde o poder local, às associações empresariais, às empresas, às universidades ou a grupos de teatro, contribuindo quer para reforçar relações informais que em alguns casos já eram intensas, como no caso do Minho e da Galiza, ou criar novos laços como acontece entre a Andaluzia e o Algarve ou entre o Alentejo e a Extremadura.

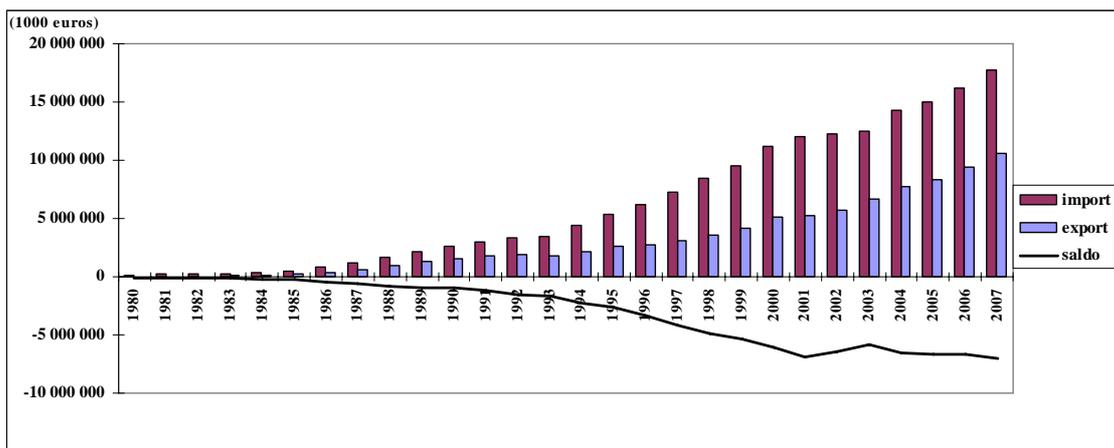
Apesar de as relações económicas entre os dois países terem sido aquelas que de forma mais evidente se têm reforçado a verdade é que existem outros vectores de integração como o reforço dos fluxos turísticos entre os dois países, a procura de habitação secundária (ou mesmo habitação principal no caso das cidades de fronteira) no país vizinho, a mobilidade laboral ou da população estudantil.

Como é expectável quando os territórios “encolhem” as pessoas e as actividades económicas aproximam-se e surgem “janelas de oportunidades” do outro lado da fronteira, no outro país ou mercado que antes se percepcionava como sendo distante e inatingível. Inevitavelmente entre as actividades e os agentes económicos geram-se relações que tanto podem ser de cooperação como de concorrência.

Num inquérito realizado a empresas com capital espanhol localizadas nas AM's de Lisboa e do Porto o aumento da concorrência, que resulta de existirem mais empresas a operar no mesmo mercado, foi um tema recorrente nas repostas sobre as desvantagens. Contudo, a maior parte das empresas, que tinham referido como principal motivo para investir em Portugal a vontade de alargar o mercado de destino dos seus produtos ou serviços, consideraram ter cumprido esse objectivo prevendo mesmo o reforço da sua presença no mercado nacional, investindo na mesma área ou procurando oportunidades de negócios noutras áreas (Pires, 2008). Para tirar partido do mercado português as empresas espanholas criaram redes de distribuição dos seus produtos e marcas, consolidaram a sua posição em sectores estratégicos como a banca, aproveitaram oportunidades de negócios em sectores em crescimento como o imobiliário.

Assim, apesar de considerada desejável esta recente aproximação entre os dois países ibéricos não tem escapado a alguma controvérsia, particularmente em Portugal dada a desigualdade na participação de ambos os países no comércio intra-ibérico que se tem traduzido num crescente deficit para a economia nacional (Fig 2).

Fig 2 - Comércio Externo com a Espanha e Saldo Comercial, 1980-2007



Fonte: GEE; Ministério da Economia e da Inovação

Para inverter esta tendência e criar maior equidade no processo de integração dos mercados ibéricos compete às empresas portuguesas definirem as suas estratégias de abordagem do mercado espanhol. Apesar de existirem muitas empresas bem sucedidas, o mercado ibérico oferece excelentes oportunidades de negócios que têm sido insuficientemente exploradas pelas empresas portuguesas e existe não só potencial para um crescimento futuro da sua participação como também para um progressivo up-grading do conteúdo das exportações portuguesas, ainda muito baseado na exportação de produtos com média e baixa intensidade tecnológica (Quadro 1).

Quadro 1 - Trocas Comerciais de Portugal com a Espanha por Grau de Intensidade Tecnológica

(%)	Exportações				Importações			
	2001	2004	2006	2007	2001	2004	2006	2007
Alta Tecnologia	5,7	6,0	3,5	3,1	9,7	9,1	10,6	8,2
Média-Alta Tecnologia	30,4	29,1	27,8	27,2	35,9	36,4	32,9	33,1
Média-Baixa Tecnologia	23,7	27,8	34,3	33,4	21,2	21,7	22,9	24,0
Baixa Tecnologia	40,2	37,2	34,4	36,3	33,2	32,8	33,6	34,7

Fonte: GEE; Ministério da Economia e da Inovação

O dinamismo das empresas espanholas contrastou, pelo menos na fase inicial de integração dos mercados ibéricos, com uma maior passividade das empresas portuguesas. Mas apesar da desigual dimensão económica, existem cada vez mais empresas nacionais no mercado espanhol, ou seja, a desejada reciprocidade acabará por surgir tornando o processo de integração mais equitativo e mais participado por empresas dos dois países ibéricos. Esse maior equilíbrio contribuirá para, progressivamente, eliminar as desconfianças do passado criando uma nova moldura para enquadrar as relações económicas intra-ibéricas. O que poderá também facilitar a criação de sinergias e o aumento de dimensão crítica, através de vários tipos de cooperação e associação entre empresas, fortalecendo a economia ibérica e facilitando a sua inserção no espaço económico europeu e na economia global.

REFERÊNCIAS

- Barreto, A (2002). Tempo de Incerteza. Lisboa: Relógio D'Água.
- Molero J. (2001) "Industrialisation and Internationalisation in the Spanish Economy". Instituto Complutense de Estudios Internacionales, WP n°28, Universidad Complutense de Madrid.
- Pires, Iva (2008). As Empresas com Capital Espanhol na AML: Estratégias de Inserção no Mercado Português e Perspectivas de Futuro, in Pires, Iva (ed.) (2008). A Integração dos Mercados Ibéricos: Um Processo Dependente e Territorialmente Diferenciado?, Lisboa, Colibri, pp 129-158.
- Pires, Iva (2007) "A Integração de Portugal e de Espanha na U.E: semelhanças e diferenças dos seus percursos", comunicação apresentada ao colóquio Portugal Espanha 20 Anos de Adesão à U.E, Reitoria da Universidade de Lisboa.
- Royo, S. (2003), *Joining the Club: Reflections from the Iberian Integration in the Light of the New Enlargement to Eastern Europe*, Jean Monet/Robert Schuman paper Series, vol2, n°5.
- Silva Lopes, J (1996). A Economia Portuguesa desde 1960. Lisboa: Gradiva Editora.
- Tovias, A (2005). As economias da Europa do Sul e a integração europeia, in Costa Pinto, A; Severiano Teixeira, N (org), A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000, Lisboa, ICS.